

Empregados da estatal terão que pagar taxa de condomínio em vilas residenciais e alunos ficam sem transporte

Por Ana Luiza Rossi

**A** série de medidas lançadas para fortalecer a sustentabilidade financeira da Eletronuclear está deixando a população da região da Costa Verde - especialmente moradores de Angra dos Reis - em aflição. Isso porque a iniciativa, que busca viabilizar a retomada das obras da usina nuclear Angra 3, tem atingido diretamente a moradia e locomoção de trabalhadores e moradores.

Uma das medidas anunciadas na última semana, no dia 7, é a cobrança de uma taxa de “condomínio” para empregados que moram nas vilas residenciais construídas pela estatal. Os imóveis estão localizados em Mambucaba I, II e Praia Brava e, de acordo com uma lista que circulou pelas redes sociais, os valores variam entre R\$2.900,00, para as casas perto da orla, e R\$1.100,00, para quem não mora de frente para o mar.

Apesar dos valores, a Eletronuclear afirmou em nota que não se trata de um aluguel, mas sim, de uma cobrança que visa cobrir despesas de manutenção como limpeza e também das contas de água, luz, telefone e IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana).

### Ônibus suspensos

Outra contenção feita pela Eletronuclear, responsável pelas operações das usinas nucleares Angra 1, 2 e 3, foi a suspensão dos ônibus para universitários de Angra dos Reis. A condução transportava mais de 100 alunos para universidades fora do município, como Barra Mansa e Volta Redonda, na região do Vale.

Segundo os estudantes, o comunicado do corte foi feito no dia 31 de janeiro - poucos dias antes de iniciar as aulas. Conforme noticiado pelo Correio Sul Fluminense na edição desta terça-feira, dia 12, os estudantes chegaram até mesmo a orçar outros transportes, mas chegaram a valores exorbitantes entre R\$900 e R\$1.300 reais - quase mil reais a mais do que a mensalidade que pagavam para a Eletronuclear.

A estudante de Arquitetura na Universidade Geral de Biase (UGB), Isabelle Tuhany, afirmou que é moradora de Angra dos Reis e todo os dias precisa fazer o trajeto pela Serra das Araras para estudar e que utilizava o transporte, agora, suspenso.

— A Eletronuclear tinha um contrato com a gente, eles cediam dois ônibus para esses universitários de Volta Redonda e Barra Mansa. Acontece que, no dia 31 de janeiro, haveria o corte desses ônibus por “gastos desnecessários”. Cada aluno pagava mensalmente R\$180 reais, nunca foi de graça. Agora temos uma listagem de mais de 100 alunos desamparados - explicou.

# Medidas de economia atingem trabalhadores, estudantes e reduz níveis hierárquicos



Reprodução/Redes sociais

**Trabalhadores que moram na Vila Residencial de Mambucaba terão que desembolsar novos valores para se manter nos imóveis, que ficam perto da central nuclear de Angra dos Reis**



Divulgação/Eletronuclear

**Presidente da Eletronuclear, Raul Lycurgo, anuncia contenção de despesas que começa a vigorar em 1º de abril**

A preocupação, segundo a aluna de Odontologia do UniFOA (Centro Universitário de Volta Redonda) Rafaela Araujo, é ficar sem o transporte e ter novos custos para a contratação de outra condução. “Estamos desorientados e muito preocupados. Tem alunos que, além de estudar, também trabalham”, afirmou. Agora, a expectativa é que haja alguma tratativa que busque de imediato o apoio com ônibus, seja da Eletronuclear, da prefeitura de Angra dos Reis ou outra empresa.

— Não são todos que tem condição de morar em Volta Redonda. É inviável pagar aluguel e piorou pagar R\$1.400 reais de ônibus, ainda tem os custos da faculdade - concluiu.

### Novas diretrizes

O presidente da Estatal, Raul Lycurgo, anunciou a contenção de despesas no dia 7 de fevereiro, faltando menos de 15 dias para a reunião com o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)

que decidirá o preço da tarifa para retomar as obras da usina nuclear Angra 3. A medida, aprovada pelo Conselho de Administração no dia 27 de janeiro, trará uma economia estimada de R\$3 milhões anuais.

Entre outras medidas elencadas, estaria a adoção da demissão voluntária (PDV/PDI) e a revisão do organograma da companhia que irá reduzir níveis hierárquicos, 4 superintendências e 36 gerências/assessorias, além da sobreposição de atividades.

Outra ação, seria a redução de

“*Estamos desorientados e muito preocupados. Tem alunos que, além de estudar, também trabalham*”

Rafaela Araujo

PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros). O piso estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2024 era de R\$1,4 bilhões e o orçamento para 2024 apontava para gastos na companhia com PMSO de R\$2,4 bilhões. A meta é atingir o equilíbrio até o final de 2026, alinhando os custos ao PMSO regulatório da Aneel com os custos de PMSO da empresa.

— A redução do PMSO é essencial para garantir a viabilidade econômica da Eletronuclear e a continuidade de projetos estratégicos, como Angra 3. Desse modo, a referida mudança no organograma se faz necessária - afirmou Lycurgo.

Outra meta, seria a Revisão do Plano de Negócios e Gestão (PNG 2025-2029) que também foi aprovado pelo Conselho de Administração da Eletronuclear. O plano faz um planejamento estratégico para os próximos cinco anos, incluindo um projeto de extensão da vida útil de Angra 1 e metas de eficiência operacional

### Mesmo custo para fechar

O interesse em dar continuidade em Angra 3 seria porque, segundo estudos de viabilidade técnica, econômica e jurídica entregues pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em setembro do ano passado, o custo para abandonar as obras de Angra 3 pode passar de R\$21 bilhões. Ou seja: é praticamente similar ao valor de finalizar as obras, que ficou em 23 milhões. O montante já investido na obra é de quase R\$12 bilhões.

Aliás, a continuidade das obras também ganhou apoio político. O deputado federal Julio Lopes (PP-RJ), declarou a importância do governo autorizar a retomada das obras para acelerar o crescimento econômico do Estado do Rio. Isso porque, segundo o parlamentar, a cada mês em que a obra não é retomada, o Brasil paga mais de R\$ 100 milhões em função de todos os custos envolvendo manutenção de equipamentos.

— A obra de Angra 3 é um obstáculo econômico e eu não tenho dúvida nenhuma da manifestação favorável do Conselho Nacional de Política Energética à sua continuidade. Assim como o Nelson Barbosa, diretor do BNDES, e muitos outros já disseram, a obra será financiada em cima da venda futura de energia - afirmou Julio, com exclusividade ao Correio Sul Fluminense.